



FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO ENVOLVENDO OS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

PERSONAL FINANCE: A STUDY INVOLVING STUDENTS OF SCIENCES OF A FINANCIAL INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION

LIZOTE, Suzete Antonieta 1

LANA, Jeferson 2

VERDINELLI, Miguel Angel 3

SIMAS, Jaqueline de 4

RESUMO: O planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia para manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de sua família. Diante desse contexto, o estudo tem como finalidade descrever o perfil financeiro pessoal dos alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. Com abordagem quantitativa, os objetivos da pesquisa são descritivos e os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisas bibliográficas e survey com questionário. O processamento dos dados compreendeu sua descrição, o uso da Anova e da análise fatorial. Os resultados demonstraram não haver distinção, dentro da amostra pesquisada, entre as características pessoais e familiares com a percepção individual sobre finanças pessoais. Além disso, o fator relacionado ao constructo de gestão de crédito, declarada como “possuir financiamentos”, não está relacionado significativamente à percepção dos entrevistados. Por fim, gestão de financiamento e educação financeira teve relação significativa e, por sua vez, correlacionam-se com a nota dos alunos.

Palavras-chave: Perfil individual. Planejamento financeiro pessoal. Educação financeira.

ABSTRACT: *The personal financial planning is to establish and follow a strategy for maintenance or accumulation of goods and values that will form the assets of a person or family. Given this context, the study aims to describe the personal financial profile of undergraduates in Accounting from an Institution of Higher Education of Santa Catarina. With a quantitative approach, the research objectives are descriptive and methodological procedures were bibliographic survey and a questionnaire. The data processing realized his description, the use of ANOVA and factor analysis. The results showed no distinction within the sample surveyed, between personal characteristics and family with individual perceptions about personal finance. Moreover, the factor related to the construct of credit management, declared as “own funds” is not related significantly to the perception of respondents. Finally, education and finance management financial was significant and, in turn correlates with the grade of students.*

1 Doutora em Administração e Turismo, Professora do Curso Ciências Contábeis e de Pós-graduação, UNIVALE (Universidade do Vale do Itajaí). E-mail: lizote@univali.br

2 Doutorando em Administração na FGV (Fundação Getúlio Vargas), São Paulo. E-mail: jeff@rovian.com.br

3 Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Programa de Pós-graduação Univali, Biguaçu/Santa Catarina. E-mail: nuoad@univali.br

4 Contadora, Pós-graduada em MBA em Gestão de Tributos pela UNIVALE (Universidade do Vale do Itajaí), Santa Catarina. E-mail: jaquelinelucky@hotmail.com



Keywords: *Individual profile. Personal financial planning. Financial education.*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em 1994, com a implantação do Plano Real iniciou-se um processo de estabilização econômica, possibilitando dessa forma, que os indivíduos passassem a consumir mais. Por outro lado, devido à ausência de planejamento das finanças pessoais, a população brasileira se endividou. Para Cerbasi (2004), as pessoas endividadas, sem dinheiro para cumprir como os seus compromissos, passam a ter dificuldades no relacionamento pessoal, familiar e profissional.

Estudos sobre a educação financeira dos consumidores se conhecem desde os primeiros anos do século XX (JELLEY, 1958). Contudo, por causa da globalização e da internacionalização dos mercados, no entender de Greenspan (2003), a administração dos assuntos financeiros tornou-se bastante complexo. Como consequência disso, a gestão das finanças pessoais na atualidade constitui um tema importante para desenvolver investigações.

A definição do que significa esse constructo tem sido dada de diversas maneiras conforme apontam Remund (2010) e Vilain e Pereira (2013), embora se vincule, em geral, com a capacidade que os indivíduos têm para gerenciar seu dinheiro. Para Potrich, Vieira e Kirch (2015) assinalam que alguns estudos definem apenas para o conhecimento e em casos mais amplos envolve a aplicação desse conhecimento.

As finanças estão presente diariamente na vida das pessoas e, como destaca Frankenberg (1999), o planejamento financeiro pessoal não é algo intangível, muito menos estático ou rígido, pelo contrário é um plano que as pessoas fazem de acordo com os seus valores e objetivos, buscando assim alcançar determinadas aspirações. Dessa forma, observa-se a importância que as finanças pessoais abrangem.

Pois segundo Avard et al. (2005), Halfeld (2006), Volpe, Chen e Liu (2006), Mandell (2008), Robb e Sharpe (2009), Gilligan (2012), a organização financeira e patrimonial pode influenciar diretamente na qualidade de vida de um indivíduo. Assim, pode-se afirmar que quem não possui um planejamento financeiro adequado e condizente com sua realidade é como um barco sem rumo, à deriva.

Observa-se que, a adoção desses controles resulta em uma gestão coerente sobre os recursos próprios, principalmente, a maneira de utilizá-lo, tendo como objetivo indicar ou mostrar o melhor momento de resguardar, investir ou acumular aquilo que designar valores ou ativo. Costa (2004) corrobora com essa afirmação ao evidenciar que a educação financeira é importante aos consumidores para auxiliá-los a orçar e gerir sua renda além de orientá-los a poupar e investir.

A não aplicação desses conceitos financeiros para a vida pessoal e não buscar conhecimentos para realizar a gestão dos recursos, dificilmente fará um indivíduo se manter financeiramente saudável. Aqueles que não possuem educação financeira costumam comprometer parcelas significativas de sua renda, não atendendo a todos seus compromissos, chegando ao endividamento.

O planejamento financeiro pessoal é um tema recentemente explorado, sendo merecedor de consideração e pesquisas complementares. Vários autores (LAHEY; KIM; NEWMAN, 2003; SOUZA; TORRALVO, 2003; ALFEST, 2004; DOMINGOS, 2007; REMUND, 2010; HSU-TONG et al., 2013; POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015) reconhecem a carência de base teórica sobre o tema, o que tem despertado o interesse de profissionais e acadêmicos.

Acredita-se que essas informações são relevantes, pois poderão contribuir para aprofundar os conhecimentos sobre educação financeira e trazer benefícios para a gestão de finanças



peçoais e familiares. A disseminação desse conhecimento é fundamental iniciá-la nas instituições de ensino, demonstrando ao cidadão noções sobre finanças, poupança e planejamento financeiro pessoal.

O estudo tem como objetivo descrever o perfil financeiro pessoal dos alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Itajaí, Santa Catarina, mediante o modelo sugerido por Halpern (2003), que trata as finanças pessoais por três aspectos principais: gestão de crédito, gestão de ativos e educação financeira.

Portanto, após esta introdução, o trabalho está estruturado em cinco seções, iniciando com o marco teórico sobre o tema. A abordagem metodológica é apresentada na seção seguinte e, na sequência, analisam-se os dados. Na seção quinta apresentam-se as considerações finais, bem como sugestões para futuros trabalhos. Finalmente, mencionam-se as referências utilizadas.

2 MARCO TEÓRICO

A presente seção trata dos fundamentos teóricos em que se embasa a pesquisa. Para tanto, abordam-se os seguintes temas: planejamento financeiro; finanças pessoais; gestão de crédito; gestão de investimento e educação financeira.

2.1 Planejamento financeiro

Atualmente, a economia sofre variações e se encontra suscetível a fatores globais, assim, o planejamento financeiro tende a ser mais valorizado no momento de se tomar uma decisão. Segundo Gitman (2001), as empresas utilizam-se de planos financeiros para direcionar suas ações com vistas a atingir seus objetivos imediatos e de longo prazo, nos quais um grande montante de recursos está envolvido. Na concepção de Ross, Westerfiel e Jaffe (1995), o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações a fim de atingir seus objetivos.

Muitos indivíduos acabam se endividando por fatores como o status, que remete a uma busca de posição social, sucesso profissional e bens materiais. Dependendo do caso a situação de pouco endividamento pode passar despercebida, mas se não toma cuidado pode haver um descontrole e se chegar a níveis críticos de endividamento com grande prejuízo financeiro e emocional (VILAIN; PEREIRA, 2013).

Dessa forma, Medeiros e Lopes (2014) orientam que o controle das entradas e saídas de recursos deve ser monitorado não só pelas empresas como muitos ainda pensam, mas também pelos indivíduos em suas finanças pessoais. Com isso, o planejamento financeiro torna-se um instrumento importante para o indivíduo.

É oportuno enfatizar que planejamento e controle estão diretamente ligados. Segundo Weston e Brigham (2000), o planejamento é necessário para a fixação de padrões e metas. Já o controle permite obter informações e comparar os planos com os desempenhos reais, fornecendo subsídios à realização de feedback, na busca da situação desejada.

Nesse contexto, o planejamento financeiro é o processo formal que conduz o acompanhamento das diretrizes de mudanças e a revisão, quando necessário, das metas já estabelecidas (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 1995). Dessa forma, podem-se visualizar com antecedência as possibilidades de investimento, o grau de endividamento e o montante de dinheiro que se considere necessário deixar disponível, visando seu crescimento e sua rentabilidade.

Diante dessas conceituações, observa-se que a área de finanças abrange tanto a administração de negócios quanto a dos recursos pessoais. Frankenberg (1999) corrobora com a ideia ao



evidenciar que o planejamento financeiro pessoal tem objetivos semelhantes aos das empresas, pois ambos buscam crescimento de seus respectivos patrimônios, geração de riqueza para os acionistas, assim como para o indivíduo e sua família. Assim, tanto o planejamento financeiro empresarial quanto o pessoal são divididos em períodos de curto e longo prazo, possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos.

O planejamento de longo prazo são ações projetadas para um futuro distante, acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Tais planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos. Já os planos financeiros de curto prazo são ações planejadas para um período pequeno, de um a dois anos, acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros (GITMAM, 2001).

O processo de planejamento financeiro, seja de ordem empresarial ou pessoal, apresenta-se, conforme descrevem Lemes Jr., Rigo e Cherobim (2002), como uma importante ferramenta para a estratégia e administração financeira, pois oferece condições para formular a política de crescimento e outorgar sustentação às atividades, sem pôr em risco as finanças.

O governo mostra-se incapaz de cumprir com os investimentos propulsores do crescimento, assim, nos últimos anos, ampliou a oferta de crédito para aumentar a produção. Porém, os indivíduos despreparados recorrem a esses créditos fáceis, e acabam por adquirir dívidas. Esse crescimento desorientado de crédito fácil traz consigo a inadimplência e a economia acaba por retrair seu crescimento (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Na mesma linha de pensamento, Trindade, Righi e Vieira (2012) afirmam que o acesso ao crédito possibilita o consumo, porém pode levar a um excesso de endividamento.

Porque, a facilidade em adquirir crédito faz que muitos indivíduos contraiam dívidas comprometendo suas finanças e se tornando inadimplentes. A inadimplência traz efeitos macroeconômicos e individuais, afetando o estado psicológico, as relações sociais e a vida familiar.

2.2 Finanças Pessoais

No Brasil, o tema finanças pessoais teve seu marco na década de noventa, quando começou o Plano Real após o país passar por uma grande crise econômica, com início na década de oitenta e sendo lembrada como um período perdido da economia brasileira. Esse momento se caracterizou pela queda dos investimentos, as expressivas reduções do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento da inflação e da dívida interna e externa, deixando sérias consequências existentes até hoje.

Nessa época, a situação do Brasil, segundo Silva (1992), era crítica. O governo tinha que financiar suas próprias dívidas e acabava fazendo o repasse de verbas e auxílios aos estados e municípios com quase um mês de diferença do que realmente deveria ser. Muitos investidores e empresários foram prejudicados, havendo também um elevado índice de desemprego e perda de poder de consumo por parte da população.

Em uma sociedade mercantil e baseada em moeda, cada indivíduo precisa realizar compras para abastecer-se do que necessita para viver. Em contrapartida, deve-se realizar “vendas”, (mesmo simplesmente de força de trabalho) em volume compatível como o necessário para equilibrar a relação com seus fornecedores. Segundo Sousa e Torralvo (2004), a forma de obter esse equilíbrio é o centro das preocupações das finanças pessoais.

Segundo Foulks e Graci (1989), os estudos em finanças pessoais objetivam trabalhar os conceitos financeiros que possibilitem a transmissão de conhecimentos aos indivíduos, para que eles os apliquem em suas tomadas de decisão. Com isso, espera-se que tenham um comportamento equilibrado de seus orçamentos diante do mercado financeiro. Verifica-se, dessa forma, que quando planejam suas finanças, as pessoas se deparam com a necessidade de alocar recursos para a satisfação de necessidades básicas e desejos de consumo.



Diante dessas afirmações, tratar das finanças pessoais como uma área de conhecimentos sistemático e transmissível no âmbito da ciência econômica é uma necessidade contemporânea. Para melhor entendimento do tema, segundo Halfeld (2006), os objetivos desse planejamento financeiro são assegurar que:

1. as despesas do indivíduo ou família sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e, às vezes, estão indisponíveis quando mais se precisa deles;
2. as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo, em outras palavras, que haja adequada combinação entre consumo e poupança;
3. a ser inevitável a utilização de recursos de terceiros, que sejam tomados ao menor custo e pelo menor tempo possíveis;
4. as metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra), ou se aumenta o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas;
5. o patrimônio pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo.

Esses objetivos são complementados por Black Jr, Ciccotello e Skipper (2002), quando citam que as finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais.

Gilligan (2012) defende a ideia de que a falta de educação financeira pode acarretar consequências no longo prazo. Os indivíduos devem estar preparados para cuidar de suas finanças antes mesmo de entrar para a faculdade, já que nessa fase é que eles entram para o mercado de trabalho e começam a planejar seu futuro.

Complementando a ideia de Gilligan (2012), Potrich, Vieira, Kirch (2015) ratificam a necessidade de os indivíduos adquirirem a alfabetização financeira, e sugere o desenvolvimento de ações para sanar esse problema, como a inclusão de disciplinas de finanças em todos os cursos de graduação. Outra ação sugerida pelos autores é a adoção de programas educativos, com conteúdos específicos para cada perfil e, assim, alcançar a alfabetização financeira em todos os setores da sociedade.

Dessa forma, em uma economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos, como força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo, com a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e gastar bem, em síntese é o problema.

2.3 Gestão do Crédito

A oferta do crédito no Brasil teve um grande crescimento nos últimos anos permitindo que muitos brasileiros realizem seus objetivos e sonhos com facilidade e também em tempo mais hábil. Por outro lado, conforme afirma Silva (2006), é necessário que todo esse consumo acelerado seja controlado e planejado, de maneira que essas compras expressem um histórico positivo para o Brasil e não o aumento do endividamento.

Dessa forma, na concepção de Securato (2002) é indispensável que seja efetivado o planejamento financeiro pessoal. Pois, quando o indivíduo realiza investimentos em ativos, ele pode identificar a melhor maneira de utilizar seus créditos. De forma que não assuma riscos maiores que sua capacidade financeira e, no caso de uma eventual crise, encontre uma forma de se manter diante do mercado.



O não planejamento da vida financeira leva aos gastos supérfluos e impede a oportunidade de obter uma poupança ou investimentos rentáveis para a vida pessoal, que traga garantias futuras. Cerbasi (2004) orienta que antes de aproveitar as oportunidades de créditos que o mercado proporciona aos consumidores, é essencial observar a relação custo-benefício com a compra que irá efetuar e se há possibilidades ainda de obter um produto compatível, mas com valores inferiores ou se realmente a compra será de utilidade.

Conforme a definição de Remund (2010), não basta que o indivíduo detenha o conhecimento sobre conceitos financeiros, ele precisa também ter confiança suficiente para aplicá-los ao tomar suas decisões financeiras e ao administrar questões de planejamento financeiro pessoal.

O mercado financeiro tem fornecido oportunidade de compra aos consumidores com condições de pagamentos de formas exageradas, podendo com isso causar inadimplência. Sempre antes de efetuar uma compra a prazo, principalmente se as parcelas forem muitas, é primordial que seja elaborado um planejamento verificando a disponibilidade de dinheiro para a quitação de cada parcela de acordo com o mês de vencimento (HALFELD, 2006).

A função do crédito é muito importante para o crescimento do país, pois eleva o poder aquisitivo gerando mais produção e, conseqüentemente, mais empregos. Porém, seguindo as orientações de Securato (2002), os indivíduos devem estar bem cientes antes de contratar um crédito, para assim não comprometer o orçamento familiar com diversas dívidas e taxas de juros.

2.4 Gestão de investimentos

Em um sentido restrito, investimento é a aplicação de recursos, em dinheiro ou títulos de crédito, que sejam capazes de trazer um retorno maior do que o aplicado inicialmente. Os rendimentos financeiros gerados pelo período em que os recursos se mantiveram aplicados compensam o tempo em que esses valores estiveram paralisados e impossibilitados de realizar outras transações (GITMAN, 2001).

Investimento também pode ser considerado a aplicação em bens, como a aquisição de veículos, terrenos ou imóveis, mas que tragam ao investidor expectativas de lucro sobre os recursos que foram gastos com eles. Este seria um sentido mais amplo sobre investimentos, buscar meios que aparentemente sejam rentáveis fazendo que o indivíduo aplique seus recursos para futuramente capturá-los com ganhos e, assim, realizar outros investimentos.

Para Frankenberg (1999) realizar investimentos que sejam rentáveis é uma tarefa difícil, especialmente, se o investidor apresentar insegurança. Dependendo da situação, por exemplo, os recursos a serem aplicados podem ser elevados, deixando o indivíduo na incerteza de arriscar devido à representação do montante a ser investido. Por outro lado, não enfrentando esses riscos também poderá perder a possibilidade de destinar um recurso que lhe traga benefícios.

Assaf Neto (2005) salienta que uma importante tarefa a ser realizada para ocorrer com eficiência a aplicação de recursos é a gestão dos investimentos. Ou seja, a administração dos créditos de forma organizada e equilibrada, procurando tomar as decisões fundamentais quanto à escolha de um investimento e alcançar o sucesso financeiro pessoal.

Dessa forma, para iniciar a gestão de qualquer investimento é necessário que os indivíduos organizem primeiramente suas finanças pessoais. O controle das dívidas e a realização de um planejamento coerente, devem demonstrar a realidade de suas finanças e a situação dos seus recursos, aqueles já comprometidos com alguns gastos e os disponíveis para investir. Conforme orienta Alfest (2004), um passo importante a se realizar é a definição clara dos objetivos de investimentos, ou seja, decidir em que serão aplicados todos os recursos disponíveis.

Infere-se, assim, que sem tal definição poderá realizar investimentos desnecessários e



prejudiciais à saúde financeira. Portanto, é necessário agir com racionalidade. Verificar o que busca com prioridade para sua vida pessoal e seguir exatamente o que foi orçado, mantendo-se atento a novas aquisições fora do orçamento, para não afastar seu foco.

Nessa linha de pensamento, Halfeld (2001) argumenta que o melhor investimento a se realizar é aquele que não implica saúde financeira do investidor, trazendo mais tranquilidade para prosseguir com seus objetivos. Torna-se essencial descobrir o grau de tolerância ao risco, uma vez que quanto maior o risco, geralmente, poderá ser maior a rentabilidade do negócio. Segundo Assaf Neto (2005), aquilo que o investidor se sente seguro ao destinar seus recursos caracteriza a tolerância ao risco. E, no caso de uma eventual crise, não traga prejuízos significativos.

O sucesso financeiro, evidencia Costa (2004) está no gerenciamento correto das finanças pessoais. Aquele que consegue organizar e planejar com eficiência a vida financeira também é capaz de realizar reservas significativas, obtendo segurança no momento de necessidade e sustentabilidade em longo prazo. Este mesmo indivíduo também tem a competência e toda a instrução necessária de procurar bons investimentos sem precisar endividar-se para conquistar aquilo que deseja.

Muitos indivíduos acabam se endividando por fatores como o status, que remete a uma busca de posição social, sucesso profissional e bens materiais. Dependendo do caso a situação de pouco endividamento pode passar despercebida, mas se não toma cuidado pode haver um descontrole e se chegar a níveis críticos de endividamento com grande prejuízo financeiro e emocional (VILAIN; PEREIRA, 2013).

Dessa forma, Medeiros e Lopes (2014) orientam que o controle das entradas e saídas de recursos deve ser monitorado não só pelas empresas como muitos ainda pensam, mas também pelos indivíduos em suas finanças pessoais. Com isso, o planejamento financeiro torna-se um instrumento importante para o indivíduo economizar para investir futuramente, assim como para se precaver há algum imprevisto.

Nesse sentido, o jovem que pensa no futuro e inicia desde cedo disciplinadamente a poupar parte de suas receitas recebidas terá a possibilidade de alcançar uma vida confortável no futuro, conquistar o equilíbrio financeiro e sucesso em seus investimentos.

2.5 Educação financeira

Educação envolve os indivíduos em um processo de ensinar e aprender e com isso se melhoram e aprofundam conhecimentos. No que tange à educação financeira, Jacob, Hudson e Bush (2000) explicam que o termo “educação” implica conhecimentos de práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento das tarefas financeiras.

Já o termo “financeira” aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias: desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito; desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo; compra de um seguro ou um investimento, dentre outros.

Educação financeira é o modo pelo qual o indivíduo busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar coerentemente suas finanças e tomar boas decisões sobre ela. Ter capacidade de gerenciar de forma correta as receitas, tomando decisões essenciais quanto ao uso dos recursos disponíveis e visando os acontecimentos de hoje, mas não deixando de pensar no futuro.

Para Halfeld (2001), a educação financeira é essencial aos consumidores para auxiliá-los a planejar e gerir sua renda, além de orientá-los a poupar e investir. Remund (2010) define educação financeira como uma medida do grau em que se compreendem principais conceitos financeiros e possui a habilidade e confiança para gerir as finanças pessoais por meio disso, a



tomada de decisões de curto prazo, planejamento financeiro a longo prazo, enquanto consciente dos eventos de vida e evolução das condições econômicas.

Sua importância, segundo Frankenberg (1999) pode ser analisada sob diversas perspectivas, entre as quais se destaca o bem-estar pessoal e as consequências, que vão desde a desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como o de Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA). Esta assertiva é complementada por Rocha (2009), ao argumentar que a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves.

Na mesma perspectiva, Assaf Neto (2005) discorre que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não possuem habilidades para administrar efetivamente suas finanças.

Dessa forma, destaca-se o valor da educação financeira, que compreende a inteligência de ler e interpretar números. Isto é, utilizar informações para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais.

Quando essa educação é adquirida e aprimorada, os indivíduos planejam seu futuro para adicionarem ativos e possuírem um nível satisfatório de renda, além de saber preparar orçamentos ajustados com as suas capacidades financeiras.

3 METODOLOGIA

Ao buscar descrever o perfil financeiro pessoal dos alunos de graduação em Ciências Contábeis, este estudo se apresenta como de natureza básica. Com abordagem quantitativa, os objetivos da pesquisa são descritivos. Por fim, os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisas bibliográficas e survey, no qual a investigação interroga diretamente os envolvidos no fenômeno a ser averiguado.

A pesquisa foi realizada à luz do modelo sugerido por Halpern (2003), que trata as finanças pessoais por três aspectos principais: gestão de crédito, gestão de ativos e educação financeira. Diante desta tríplice financeira, adaptou-se o questionário utilizado por Lana et al. (2011), para uma pesquisa do tipo survey. Ao total, o instrumento de coleta de dados foi composto por 34 perguntas.

Destas, onze estavam relacionadas com aspectos do perfil pessoal de cada aluno, vinte e duas com os constructos financeiros de Halpern (2003), e uma pergunta aberta na qual cada aluno apontava uma nota de 0 a 10 para uma auto avaliação de sua situação financeira. Para as perguntas relacionadas aos constructos financeiros se usou uma escala tipo Likert de sete pontos, na qual o valor 7 representava a concordância máxima à sentença apresentada.

A coleta de dados foi feita durante os meses de novembro e dezembro de 2012. Do universo de 492 alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis, a amostra com 95% de confiança, conforme cálculo amostral em Barbetta (2007), é de 223 casos. Para este artigo, a base atingida foi de 256 entrevistados e, após remoção dos outliers e casos extremos, o número total foi de 246 casos.

Inicialmente, os dados foram tratados de maneira descritiva, com auxílio de medidas de dispersão e posição foi possível descrever o perfil médio dos acadêmicos entrevistados. Posteriormente, a Análise de Variância univariada (ANOVA) e multivariada (MANOVA) contribuiu para verificar a existência de médias distintas entre grupos diversos.

Por fim, uma análise fatorial buscou agrupar aquelas questões com maiores semelhanças entre si. Tal processo favoreceu o melhor entendimento dos constructos financeiros levantados. Nos testes realizados, o nível de significância foi definido em 5%. Para a análise fatorial, conforme assinalado em Hair et al. (2009), os valores mínimos adotados para as cargas fatoriais e a variância extraída foram de 0,7 e 50%, respectivamente.



Optou-se, ainda, por escolher fatores unidimensionais, com autovalores superiores a 1 e com um mínimo de três variáveis explicativas. Os softwares utilizados para realização das análises foram o EXCEL® e o STATISTICA®.

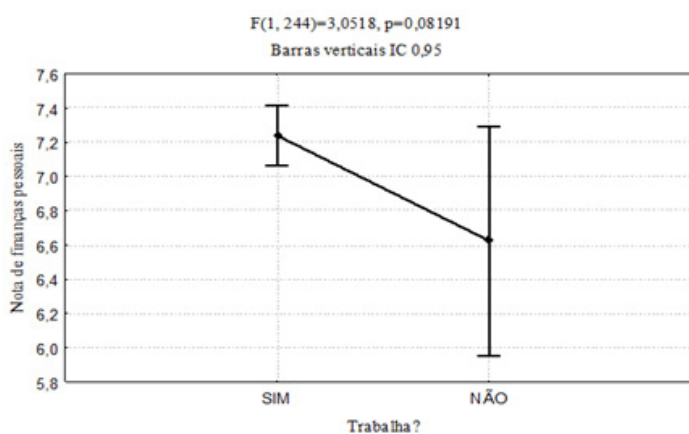
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise descritiva inicialmente proposta serve para descrever o perfil médio financeiro dos alunos. Dos 246 casos considerados válidos, 78 possuem 19 anos ou menos, 133 entre 20 e 29 anos, 23 entre 39 e 45 anos e apenas 12 possuem mais de 45 anos. Com relação à renda pessoal, 34% recebem até R\$ 1.000,00, 59% entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.500,00 e os demais acima disso. Quanto à formação, 185 dos entrevistados cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas e apenas 44 em escolas privadas. Os demais tiveram formação mista.

Dos entrevistados ainda, 61% são do sexo feminino e um total de 93% declarou ter algum tipo de trabalho e não se dedicar exclusivamente ao ensino superior. Um total de 165 pessoas, ou 67%, moram com os pais e a renda familiar em 79% dos casos é inferior a R\$ 5.000,00 mensais. Por fim, com relação à formação familiar, os alunos declararam que em 80% dos casos os pais não ultrapassaram o Ensino Médio completo. Já as mães, em média, 30% ultrapassaram a linha do Ensino Médio.

Quando perguntados sobre a nota que dariam para suas finanças pessoais, a média calculada foi de 7,20 com medianas e moda em 7,00. Ao ter um desvio padrão de 1,365 o intervalo de confiança de 95% é de 4,47 a 9,92. Ao procurar relacionar as características pessoais com as notas atribuídas, com de 5% de significância, nenhuma das características anteriormente citadas mostraram diferenças significativas. Aquela mais relevante foi com relação ao emprego, para um nível de 91% de confiança ($p = 0,082$). A Figura 1 exibe a comparação simultânea da ANOVA realizada.

Figura 1 – ANOVA entre notas e situação profissional



Fonte: Dados da Pesquisa

Na Figura 1 é possível observar que as notas médias são superiores para o grupo com emprego (aproximadamente 7,2), enquanto aqueles que declararam não trabalhar possuem notas médias de 6,6. Tal diferença demonstra que a renda proveniente do trabalho contribui para melhorar a satisfação dos alunos com suas situações financeiras.

Após a realização dos testes descritivos e de variância, a análise fatorial foi empregada para explorar acerca da existência de fatores relevantes dentro de cada um dos constructos de finanças pessoais propostos por Halpern (2003). Após atender às restrições definidas, foram

encontrados fatores significativos, que auxiliam na interpretação dos dados.

Alguns dos processamentos efetuados apresentaram múltiplos fatores. Devido à opção de trabalhar com unidimensionalidade dos constructos efetuou-se a exclusão das variáveis com baixas cargas fatoriais após rotação varimax normalizada dos eixos. Todos os fatores apresentaram três questões, sendo duas com cargas superiores a 0,70. A variância extraída foi em todos os casos maior que 50%. A Tabela 1 exibe os resultados da análise fatorial.

Tabela 1 – Resultados da Análise Fatorial dos constructos propostos por Halpern (2003)

Constructo	No. Inicial de Questões	No. Final de Questões	Cargas Fatoriais	Autovalores	Variância Extraída
Educação Financeira	8	3	Q16 = 0,76 Q17 = 0,79 Q18 = 0,66*	1,63	54,52%
Gestão de Crédito	7	3	Q20 = 0,89 Q25 = 0,49* Q26 = 0,89	1,82	60,71%
Gestão de Ativos	7	3	Q30 = 0,80 Q32 = 0,82 Q33 = 0,59*	1,66	55,46%

Fonte: Dados da pesquisa

(*) Valores que não atingiram as cargas mínimas desejáveis

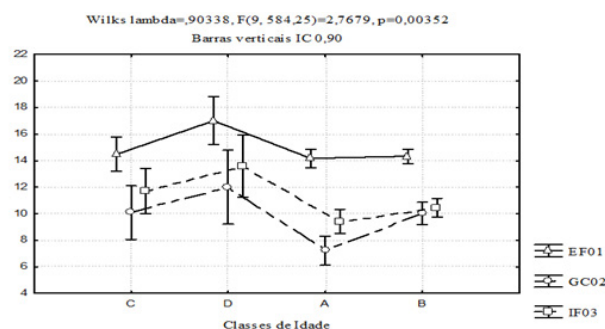
Diante dos resultados apresentados, é possível, com observação do questionário, determinar a que tipo de tema o fator se refere, dentro de seu constructo macro. Assim, ao analisar as questões referentes ao constructo Educação Financeira, em que se selecionaram Q16, Q17 e Q18, verifica-se uma tendência das perguntas tratarem sobre o conhecimento financeiro. Já com relação à Gestão de Crédito, as questões Q20, Q25 e Q26 versam sobre possuir financiamentos. Por fim, a Gestão de Ativos, representada pelo fator, cujas questões são Q30, Q32 e Q33, trata dos conhecimentos sobre Investimentos Financeiros.

A partir da somativa dos valores das questões que compõem cada fator, realizaram-se testes MANOVA para verificar a relação entre as categorias dos perfis sociais dos entrevistados com cada um dos fatores encontrados nesta pesquisa.

Nos resultados a seguir, “EF01” faz referência ao primeiro fator que se associa com Educação Financeira; “GC02” corresponde ao segundo fator, ligado à Gestão de Crédito; e, “IF03” ao terceiro fator, que representa a Investimentos Financeiros. Por ser algo pouco explorado nas teorias e pesquisas recentes, os resultados se apresentam com uma significância de 10%, isto é, os intervalos de confiança são de 90% (*). Entretanto, também foram averiguados os resultados com 95% (**) de confiança e de 99% (***) .

A partir dos dados representados na Figura 2 pode-se observar uma irrelevância da idade média (Q1, idades em categorias) para o fator Educação Financeira (EF01).

Figura 2 – MANOVA dos fatores versus perfil dos alunos



Fonte: Dados da Pesquisa



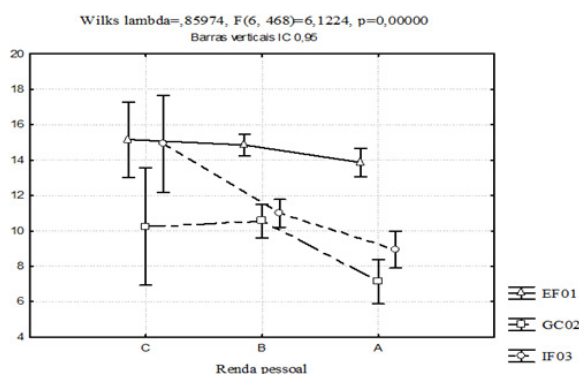
Já para a Gestão de Crédito (GC02), as médias das pessoas com menos de 19 anos (A) ficou inferior que as médias daqueles com idades entre 20 e 29 anos (C) e entre 40 e 55 anos (D), com valores significativos a 10% e 5%, respectivamente.

A mesma diferença entre os mais jovens (A) e aqueles com idades entre 40 e 55 (D) apareceu de forma significativa (a 5%) para o fator Investimentos Financeira (IF03). Juntas, essas evidências contribuem para apontar que, em média, aquelas pessoas mais jovens tendem a demonstrar, ou ao menos reconhecer, menor conhecimento financeiro que as pessoas com mais idade.

A renda pessoal (Q2), apresentada na Figura 3, também mostrou diferenças relevantes ao logo dos testes realizados. A exceção, novamente, ficou por conta do fator EF01. Já para GC02, aqueles que ganham até mil reais (A) apresentam médias de gestão de riscos ligeiramente inferiores que aqueles com renda entre mil e três mil e quinhentos reais (B), para um coeficiente de significância de 1%.

As diferenças entre pessoas com salários superiores ao nível de (B), aqui tratadas como (C) com os demais, não foi relevante para esse fator. Já para IF03, todas as diferenças foram relevantes para níveis de significância de 5% e 1%. Juntas, estas observações podem determinar que o nível de renda dos entrevistados não possui diferenças para o nível de educação financeira, embora aqueles com salários menores reconheçam que possuem menor habilidade na gestão de crédito e nos investimentos financeiros. A Figura 3 mostra essas diferenças relatadas.

Figura 3 – Manova dos Fatores x Renda Pessoal



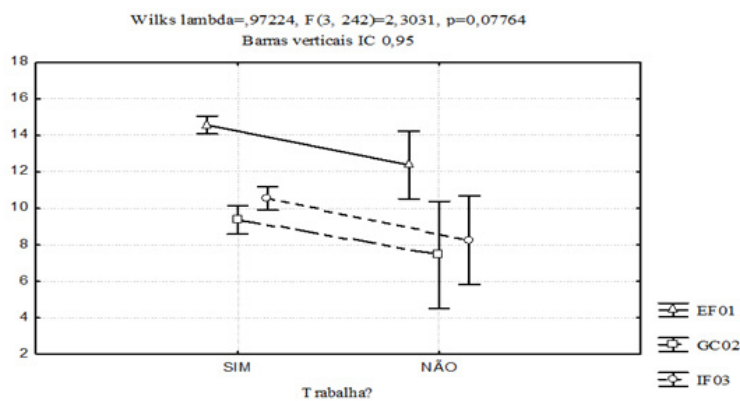
Fonte: Dados da Pesquisa

Dados como Formação Anterior, Renda Familiar, Sexo, Formação do Pai ou da Mãe, quando avaliadas, não apontaram diferenças significativas.

Dentre os destes estatísticos propostos, um último grupo ainda apresentou características que se mostraram importantes no estudo das finanças pessoais. São aqueles que se relacionam com a situação profissional do entrevistado. Em todos os três fatores, as médias de pontuações atribuídas por aqueles que possuem emprego são superiores que os demais. Estatisticamente, as diferentes médias de GC02 são próximas e apresentam coeficientes de significâncias superiores a 10% (*). Já EF01 e IF03 possuem coeficientes significantes para 5% e 10% respectivamente. A Figura 4 apresenta tais informações.



Figura 4 – MANOVA entre os fatores e a situação profissional



Fonte: Dados da Pesquisa

Finalmente, buscou-se verificar se os constructos propostos possuem relação com as notas atribuídas pelos alunos a suas situações financeiras pessoais. Para isso, foi calculada a matriz de correlações (Tabela 2) com a finalidade de avaliar a relação entre as notas declaradas e as escalas somativas dos fatores encontrados.

Tabela 2 – Matriz de correlação entre os fatores e a nota sobre finanças pessoais

	Educação	Crédito	Ativos
Crédito	0,054706		
Ativos	0,432504	0,14627	
Nota	0,516517	-0,003267	0,345549

Fonte: Dados da pesquisa

Obs: Os coeficientes de correlação em negrito e itálico são significativos ($p < 0,05$)

A partir da matriz de correlação é possível observar que o constructo Gestão de Crédito é o menos relevante à pesquisa. Isso porque possui correlação significativa apenas com Gestão de Ativo e, ainda assim, com valores relativamente baixos. Pela matriz é possível afirmar que Gestão de Crédito não está relacionada com a percepção dos acadêmicos entrevistados sobre suas finanças pessoais. Já Educação e Ativos está fortemente e significativamente relacionados entre si e com as notas atribuídas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o nível de educação financeira de estudantes de um curso de Ciências Contábeis. Fundamentado em adaptações extraídas do trabalho de Halpern (2003) foram analisados os dados de 246 estudantes sobre os constructos financeiros sugeridos: Educação Financeira, Gestão de Crédito e Gestão de Ativos.

Dentre os resultados relevantes pode-se assinalar que não houve diferenças significativas, dentro da amostra pesquisada, entre as características pessoais e familiares com a percepção individual sobre finanças pessoais. Isso difere do encontrado por Lana et al. (2011). A exceção fica por parte daqueles que têm empregos, os que se atribuíram melhores notas para sua situação financeira com um nível de confiança de 90%.

A análise fatorial ajudou a agrupar as questões com maiores similaridades entre si e que contribuíram para detectar a forma pela qual os entrevistados percebem os constructos financeiros adaptados de Halpern (2003). Tais fatores se mostraram estatisticamente significativos e

relevantes para futuras pesquisas que possam vir a tratar do tema finanças pessoais.

Conforme destacado neste trabalho, o número de estudos voltados ao tema é baixo, talvez pela falta de teorias mais claras e reveladoras. Logo, as considerações aqui apontadas podem ser igualmente relevantes para a descrição da amostra investigada quanto para contribuição teórica ao tema trabalhado.

As análises de variância entre as características do perfil dos entrevistados e os fatores encontrados puderam lançar luz sobre quais aspectos são relevantes na gestão das finanças pessoais. Encontrou-se que a idade e a renda pessoal são relevantes para a Gestão de Crédito e para os Investimentos. Quanto menores essas grandezas, piores os resultados da autoavaliação dos alunos. Além disso, o fato de o entrevistado ter um emprego também contribui para melhores resultados nos Investimentos e na Educação Financeira.

Por fim, a análise de correlação apresentou que o fator relacionado ao constructo de Gestão de Crédito, declarada como “possuir financiamentos”, não está relacionada significativamente à percepção dos entrevistados sobre suas finanças pessoais. Tal verificação vai de encontro às teorias financeiras, que indicam haver relação entre as variáveis citadas. Sugere-se que novas pesquisas possam testar novamente estes constructos, em busca de mais informações que possam trazer novas perspectivas às pesquisas sobre finanças pessoais. Além disso, buscar nas teorias econômicas e financeiras aspectos ligados à tomada de decisão, entre comportamental e racional, para verificar se possuem relação com a autoavaliação financeira pessoal.

REFERÊNCIAS

- ALFEST, L. Personal Financial Planning: origins, development and a plan for future direction. **American Economist**. v. 48, n. 2, p. 53, 2004.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- AVARD, S.; MANTON, E.; ENGLISH, D.; WALKER, J. The Financial Knowledge of College Freshmen. **College Student Journal**, v. 39, n. 2, p. 321-338, 2005.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- BLACK JR, K.; CICCOTELLO, C.; SKIPPER JR, H. Issues in Comprehensive Personal Financial Planning. **Financial Services Review**, v. 11, n. 1, p.1, 2002.
- BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.
- BUENO, A.F. Os dividendos com estratégia de investimentos em ações. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP. São Paulo, n. 28, p. 39, jan/abr 2002.
- CERBASI, G. P. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.
- COSTA, M. C. **Finanças pessoais: um estado de arte**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP. São Paulo, 2004.
- DOMINGOS, R. **Terapia financeira: quebre o ciclo de gerações endividadas e construa sua independência financeira**. São Paulo: **Elevação**, 2007.



FOULKES, S.M.; GRACI, S.P. Guidelines for personal financial planning. **Business**. v. 33. n. 2, p. 32, 1989.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GILLIGAN, H. L. An examination of the financial literacy of California College Students. **Doctoral Dissertation**, College of Education California State University, Long Beach, 2012.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GREENSPAN, A. The importance of financial and economic education and literacy. **Social Education**, v. 67, p. 70-72, 2003.

HAIR, J. F. JR.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALFED, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

HALPERN, M. **Gestão de investimentos**. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2003.

HSU-TONG, D.; LI-CHIU, C.; NAI-YUNG, T.; TSENG-CHUNG, T.; CHUN-LIN, C. Influence of financial literacy of teachers on financial education teaching in elementary schools. **International Journal of e-Education, e-Business, e-Management and e-Learning**, v. 3, n. 1, p. 68-73, 2013.

JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families. Chicago: **Woodstok Institute**, Jan. 2000.

JELLEY, H. **A measurement and interpretation of money management understandings of twelfth-grade students**. Dissertation, University of Cincinnati, 1958.

LAHEY, K.; KIM, D.; NEWMAN, M. Household income, asset allocation and the retirement decision. **Financial Services Review**. v. 12, n. 3, p. 219, 2003.

LANA, J.; LIZOTE, S.A.; ROCHA, A.; BRAND, A.; VERDINELLI, M. A. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoais dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul e II Congresso Internacional IGLU**. Florianópolis, 2011.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MANDELL, L. **The financial literacy of young American adults: results of the 2008 national Jumpstart Coalition survey of high school seniors and college students**. Disponível em: <<http://www.jumpstart.org/assets/files/2008SurveyBook.pdf>>. Acesso em: Fev., 2016.



MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. A. M. Finanças pessoais: um estudo com alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**. v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

REMUND, D. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

ROBB, C. A.; SHARPE, D. L. Effect of personal financial knowledge on college students' credit card behavior. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1, p. 25-40, 2009.

ROCHA, J. **Devo, não nego**: tudo o que você deve saber para sair da dívida e tem vergonha de perguntar. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SECURATO, J. R. **Análise e avaliação de risco**: pessoas físicas e jurídicas. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SILVA, F. da. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal. **VII Semead**, 2004.

TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um Modelo PLS-PM. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 3, p. 718-746, 2012.

VILAIN, J. S. B.; PEREIRA, M. F. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 3, p. 470-488, 2013.

VOLPE, R.; CHEN, H.; LIU, S. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. **Financial Services Review**, v. 15, p. 81-98, 2006.

WESTON, J. F.; BRIGHAN, E. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.